Encarte F – Normas aplicáveis aos serviços

Das Exigências Externas à Organização

1. Todas as normas, leis, decretos e resoluções citadas devem ser consideradas em suas versões mais recentes, incluindo alterações, atualizações e regulamentações complementares em âmbito federal, estadual e municipal.
2. A Contratada deverá executar todos os serviços em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, em especial:

I - Leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, em especial:

i. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;
ii. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
iii. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Institui o Código Civil;
iv. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências;
v. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
vi. Lei nº 13.303, de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
vii. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
viii. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 - Estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
ix. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
x. Decreto nº 5.975 de 2006 e Portaria nº 253 de 2006 do Ministério do Meio Ambiente, que trata sobre a exploração da vegetação;
xi. Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências;
xii. Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
xiii. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
xiv. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
xv. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;

xvi. Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril 2001 - Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva;
xvii. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
xviii. Resolução CONAMA nº 382, de 26 de dezembro de 2006 - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas;
xix. Resolução CONAMA nº 436, de 22 de dezembro de 2011 - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007;
xx. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
xxi. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
xxii. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 6, de 6 de julho de 2018 - Dispõe sobre cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
xxiii. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 6ª ed;
xxiv. Regulamentos e determinações das concessionárias dos serviços públicos locais;

II - Obrigatoriedade de execução dos serviços e fornecimento de materiais em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme prevê o Art. 39, inciso VII, da Lei nº 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Para a presente contratação, são citados em especial os seguintes normativos, apresentados na data vigente de elaboração do presente estudo, mas que devem ser considerados sempre em suas versões mais recentes:

i. ABNT NBR 5034:2014 - Buchas para tensões alternadas superiores a 1 KV - Especificação;
ii. ABNT NBR 5356-1 - Transformador de potência - Especificação;
iii. ABNT NBR 5356-2 - Transformador de potência - Parte 2 - Aquecimento;
iv. ABNT NBR 5356-3 - Transformador de potência - Parte 3 - Níveis de isolamento, ensaios dielétricos e espaçamentos externos em ar;
v. ABNT NBR 5356-4 - Transformador de potência - Parte 4 - Guia para ensaio de impulso atmosférico e de manobra para transformadores e reatores;
vi. ABNT NBR 5356-5 - Transformador de potência - Parte 5 - Capacidade de resistir a curtos-circuitos;
vii. ABNT NBR 5410:2004 - Versão Corrigida: 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;
viii. ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013 - Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior;
ix. ABNT NBR 5356-7:2017 - Transformadores de potência - Parte 7: Guia de carregamento para transformadores imersos em líquido isolante;
x. ABNT NBR 5419-1:2015 - Proteção contra descargas atmosféricas - Parte 1: Princípios gerais;
xi. ABNT NBR 5419-2:2015 Versão Corrigida:2018 - Proteção contra descargas atmosféricas - Parte 2: Gerenciamento de risco;
xii. ABNT NBR 5419-3:2015 Versão Corrigida:2018 - Proteção contra descargas atmosféricas Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida;
xiii. ABNT NBR 5419-4:2015 Versão Corrigida:2018 Proteção contra descargas atmosféricas Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura;

xiv. ABNT NBR 5626:2020 Versão Corrigida:2020 - Sistemas prediais de água fria e água quente — Projeto, execução, operação e manutenção;
xv. ABNT NBR 5671:1990 - Versão Corrigida: 1991 - Participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e arquitetura;
xvi. ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
xvii. ABNT NBR 6118:2007 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;
xviii. ABNT NBR 16400:2022 - Chuveiros automáticos para controle e supressão de incêndios - Requisitos e métodos de ensaio;
xix. ABNT NBR 6492:1994 - Representação de projetos de arquitetura;
xx. ABNT NBR 6493:1994 - Emprego de cores para identificação de tubulações;
xxi. ABNT NBR IEC 61439-1:2016 Versão Corrigida:2017 - Conjuntos de manobra e comando de baixa tensão - todas as partes;
xxii. ABNT NBR 7229:1993 - Versão Corrigida: 1997 - Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos;
xxiii. ABNT NBR 7256:2005 - Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações;
xxiv. ABNT NBR 7286:2000 - Emenda 1:2001 - Cabos de potência com isolação extrudada de borracha etilenopropileno (EPR) para tensões de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho;
xxv. ABNT NBR 7287:2009 - Cabos de potência com isolação sólida extrudada de polietileno reculado (XLPE) para tensões de isolamento de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho;
xxvi. ABNT NBR 7288:1994 - Cabos de potência com isolação sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 kV a 6 KV;
xxvii. ABNT NBR 7480:2007 - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado – Especificação;
xxviii. ABNT NBR 7481:1990 - Tela de aço soldada - Armadura para concreto;
xxix. ABNT NBR 7482:2008 - Fios de aço para estruturas de concreto protendido – Especificação;
xxx. ABNT NBR 8160:1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução;
xxxi. ABNT NBR 8182:2011 - Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolação extrudada de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV — Requisitos de desempenho;
xxxii. ABNT NBR 8548:1984 - Barras de aço desandas a armaduras para concreto armado com emenda mecânica ou por solda - Determinação da resistência à tração - Método de ensaio;
xxxiii. ABNT NBR 8800:2008 - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios;
xxxiv. ABNT NBR 9050:2004 - Versão Corrigida: 2005 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
xxxv. ABNT NBR 9062:2006 - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;
xxxvi. ABNT NBR 9077:2001 - Saídas de emergência em edifícios;
xxxvii. ABNT NBR 9574:2008 - Execução de impermeabilização;
xxxviii. ABNT NBR 10131:1987 Bombas hidráulicas de fluxo – Terminologia;
xxxix. ABNT NBR 10152:2017 Versão Corrigida:2020 Acústica — Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações;
xl. ABNT NBR 10844:1989 - Instalações prediais de águas pluviais – Procedimento;
xli. ABNT NBR 10897:2007 - Errata 1:2008. Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos – Requisitos;
xlii. ABNT NBR 10898:2013 - Sistema de iluminação de emergência;

xliii. ABNT NBR 11711:2003 - Portas e vedadores corta-fogo com núcleo de madeira para isolamento de riscos em ambientes comerciais e industriais;
xliv. ABNT NBR 11720:2010 - Conexões para união de tubos de cobre por soldagem ou brasagem capilar — Requisitos;
xlv. ABNT NBR 11742:2003 - Porta corta-fogo para saída de emergência;
xlvi. ABNT NBR 11785:1997 - Barra antipânico – Requisitos;
xlvii. ABNT NBR 12188:2012 - Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviços de saúde;
xlviii. ABNT NBR 12693:2010 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
xlix. ABNT NBR 12712:2002 - Projeto de sistemas de transmissão e distribuição de gás combustível;
l. ABNT NBR 12912:1993 - Versão Corrigida: 1995 - Rosca NPT para tubos - Dimensões – Padronização;
li. ABNT NBR 13206:2010 - Tubo de cobre leve, médio e pesado, sem costura, para condução de fluidos – Requisitos;
lii. ABNT NBR 13248:2000 - Cabos de potência e controle e condutores isolados sem cobertura, com isolação extrudada e com baixa emissão de fumaça para tensões até 1 kV - Requisitos de desempenho;
liii. ABNT NBR 13418:1995 - Cabos resistentes ao fogo para instalações de segurança – Especificação;
liv. ABNT NBR 16820:2022 Sistemas de sinalização de emergência — Projeto, requisitos e métodos de ensaio;
lv. ABNT NBR 13534:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão - Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;
lvi. ABNT NBR 13570:1996 - Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos;
lvii. ABNT NBR 13714:2000 - Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
lviii. ABNT NBR 13969:1997 - Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação;
lix. ABNT NBR 13971:1997 - Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção programada;
lx. ABNT NBR 14024:2006 - Central de gás liquefeito de petróleo (GLP) - Sistema de abastecimento a granel - Procedimento operacional;
lxi. ABNT NBR 14037:2011 - Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações— Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos;
lxii. ABNT NBR 14039:2005 - Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;
lxiii. ABNT NBR 14432:2000 - Emenda 1:2001 - Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações – Procedimento;
lxiv. ABNT NBR 14518:2000 - Sistemas de ventilação para cozinhas profissionais;
lxv. ABNT NBR 14565:2012 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers;
lxvi. ABNT NBR 14461:2000 - Sistemas para distribuição de gás combustível para redes enterradas - Tubos e conexões de polietileno PE 80 e PE 100 - Instalação em obra por método destrutivo (vala a céu aberto);
lxvii. ABNT NBR 14788:2001 - Válvulas de esfera – Requisitos;
lxviii. ABNT NBR 14827:2002 - Chumbadores instalados em elementos de concreto ou alvenaria - Determinação de resistência à tração e ao cisalhamento;

lxix. ABNT NBR 14861:2011 - Lajes alveolares pré-moldadas de concreto protendido — Requisitos e procedimentos;

lxx. ABNT NBR 14859-1:2016 - Lajes pré-fabricadas de concreto Parte 1: Vigotas, minipainéis e painéis – Requisitos;

lxxi. ABNT NBR 14859-2:2016 - Lajes pré-fabricadas de concreto - Parte 2: Elementos inertes para enchimento e fôrma — Requisitos;

lxxii. ABNT NBR 14859-3:2017 - Lajes pré-fabricadas de concreto Parte 3: Armadura treliçadas eletrossoldadas para lajes pré-fabricadas — Requisitos;

lxxiii. ABNT NBR 14859-5:2022 - Lajes pré-fabricadas de concreto - Parte 5: Método de ensaio e requisitos de aceitação dos elementos pré-fabricados de concreto;

lxxiv. ABNT NBR 14918:2002 - Chumbadores mecânicos pós-instalados em concreto - Avaliação do desempenho;

lxxv. ABNT NBR 14931:2004 - Execução de estruturas de concreto – Procedimento;

lxxvi. ABNT NBR 15526:2012 - Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - Projeto e execução;

lxxvii. ABNT NBR 15530:2007 - Fibras de aço para concreto – Especificações;

lxxviii. ABNT NBR 15526:2012 - Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - Projeto e execução;

lxxix. ABNT NBR 15645:2008 - Execução de obras de esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais utilizando-se tubos e aduelas de concreto;

lxxx. ABNT NBR 15848:2010 - Sistemas de ar condicionado e ventilação – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI);

lxxxi. ABNT NBR 15943:2011 - Diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde;

lxxxii. ABNT NBR 16868-1:2020 Versão Corrigida:2021 - Alvenaria estrutural – Parte 1: Projeto;

lxxxiii. ABNT NBR 16868-2:2020 - Alvenaria estrutural - Parte 2: Execução e controle de obras;

lxxxiv. ABNT NBR 15696:2009 - Formas e escoramentos para estruturas de concreto - Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos;

lxxxv. ABNT NBR 16401-1:2008 - Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários. Parte 1: Projetos das instalações;

lxxxvi. ABNT NBR 16401-2:2008 - Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários. Parte 2: Parâmetros de conforto térmico;

lxxxvii. ABNT NBR 16401-3:2008 - Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários Parte 3: Qualidade do ar interior;

lxxxviii. ABNT NBR 16747:2020 Versão Corrigida:2020 - Inspeção predial - Diretrizes, conceitos, terminologia e procedimento.

lxxxix. ABNT NBR 17240:2010 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos;

xc. ABNT NBR IEC 60529:2005 - Graus de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (código IP);

xci. ABNT NBR IEC 60947-2:1998 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão. Parte 2: Disjuntores;

xcii. ABNT NBR ISO 7240-1:2008 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio. Parte 1: Generalidades e definições;

xciii. ABNT NBR NM 60898:2004 - Disjuntores para proteção de sobrecorrentes para instalações domésticas e similares (IEC 60898:1995, MOD)

III - Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial:

i. NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS;
ii. NR-3 - EMBARGO E INTERDIÇÃO;
iii. NR-4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO;
iv. NR-5 - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES;
v. NR-6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI;
vi. NR-7 - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL;
vii. NR-8 – EDIFICAÇÕES;
viii. NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES
ix. FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS;
x. NR-10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE;
xi. NR-11 - TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE
xii. MATERIAIS;
xiii. NR-12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS;
xiv. NR-13 - CALDEIRAS, VASOS DE PRESSÃO E TUBULAÇÕES E TANQUES METÁLICOS DE
xv. ARMAZENAMENTO;
xvi. NR-15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES;
xvii. NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS;
xviii. NR-17 - ERGONOMIA;
xix. NR-18 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO;
xx. NR-20 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO COM INFLAMÁVEIS E COMBUSTÍVEIS
xxi. NR-23 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS;
xxii. NR-24 - CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO;
xxiii. NR-26 - SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA;
xxiv. NR-28 - FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES;
xxv. NR-32 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE;
xxvi. NR-35 - TRABALHO EM ALTURA.

IV – Normativos da Rede HU Brasil

i. Caderno de Manutenção Predial da Rede EBSERH/HU Brasil;
ii. Desenvolvimento e Gestão do Plano Diretor Físico Hospitalar – PDFH;
iii. Diretrizes de Sustentabilidade para Projetos de Arquitetura e Engenharia em Hospitais Universitários da Rede EBSERH/HU Brasil;
iv. Diretrizes para Contratação e Fiscalização de Obras da Rede EBSERH/HU Brasil;
v. Diretrizes para Projetos de Urbanismo e Paisagismo da Rede Ebserh;
vi. Gestão de Manutenção Predial Hospitalar para os Hospitais da Rede EBSERH/HU Brasil;
vii. Manual de Elaboração do Programa de Manutenção Predial para a Rede Ebserh – MA.SMPO.008 v02;
viii. Manual de Especificação de Materiais de Revestimento em Hospitais Universitários;
ix. Manual de Representação Gráfica para Projetos de Arquitetura e Engenharia em CAD;
x. Manual de Sinalização dos Hospitais Universitários da Rede Ebserh – 2ª edição;
xi. Normativa de Segurança do Trabalho para prestadores de Serviços no Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos - HU-UFSCar, elaborada pela Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (USOST) do HU-UFSCar, fornecida como Anexo ao Termo de Referência da contratação;
xii. Nota Técnica - SEI nº 3/2023/SCC/CAD/DAI-HU Brasil (27346547), que trata das orientações acerca da emissão de Atestados de Capacidade Técnica na Rede HU Brasil e na Administração Central;

xiii. Nota Técnica - SEI nº 5/2022/SMPO/CIH/DAI-HU Brasil (22690201), que dispõe sobre o Gerenciamento de resíduos de obras hospitalares da Rede HU Brasil, fornecida como Anexo ao Termo de Referência da contratação;

xiv. Nota Técnica 06 – Orientações Gerais para as Eventuais Adequações Emergenciais da Infraestrutura Física para a Implantação de Leitos Provisórios para o Atendimento de Pacientes;

xv. Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-HU Brasil (28062396), que dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da HU Brasil.

xvi. Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-HU Brasil (40700077), aplicável subsidiariamente como boa prática, que dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede HU Brasil;

xvii. Parâmetros Projetuais para Hospitais de Ensino e Pesquisa da Rede EBSERH/HU Brasil;

xviii. Portaria-SEI nº 01 – Especificações para Padronização dos Revestimentos Usados em Cada Hospital, Uniformizando as Unidades e Facilitando a Manutenção e Limpeza;

xix. Prospecção e Avaliação de Mercado para Contratação dos Serviços de Manutenção Predial Hospitalar;

xx. Requisitos de Especificação de Projetos e de Manutenção da Infraestrutura Elétrica dos Hospitais da Rede EBSERH/HU Brasil.

xxi. Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0 - Estabelece normas e procedimentos de aquisição de bens, contratação de serviços e obras, e de alienação de bens no âmbito da HU Brasil, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016.

xxii. Política de Relacionamento com Fornecedores da HU Brasil, disponível para consulta no sítio eletrônico da instituição, em sua versão mais atual;

xxiii. Legislação e Normas de Infraestrutura disponíveis no site da instituição, especialmente as relacionadas ao objeto desta contratação, a saber: